

DANIEL AMORIM
ASSUMPTÃO
NEVES

MANUAL DE DIREITO
PROCESSUAL CIVIL
volume único

13^a | revista
edição atualizada

2021

 **EDITORA**
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



1187309

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

N511m Neves, Daniel Amorim Assumpção
Manual de direito processual civil – Volume único / Daniel Amorim Assumpção Neves
– 13. ed. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2021.
1840 p.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-302-9.

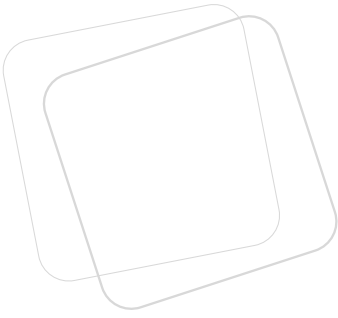
1. Processo civil – Brasil. 2. Direito processual – Brasil. I. Título.

09-2719

CDU: 347.91/.95 (81)

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



SUMÁRIO

1. JURISDIÇÃO	61
1.1. Conceito.....	61
1.2. Equivalentes jurisdicionais.....	63
1.2.1. Autotutela.....	63
1.2.2. Formas consensuais de solução de conflitos.....	64
1.2.2.1. Introdução.....	64
1.2.2.2. Espécies.....	65
1.2.2.2.1. Autocomposição.....	65
1.2.2.2.2. Mediação.....	66
1.2.2.2.3. Tratamento procedimental da conciliação (autocomposição) e mediação.....	68
1.2.2.2.3.1. Introdução.....	68
1.2.2.2.3.2. Centros judiciários de solução consensual de conflitos.....	68
1.2.2.2.3.3. Local físico da conciliação e mediação.....	69
1.2.2.2.3.4. Conciliador e mediador.....	70
1.2.2.2.3.5. Princípios das formas consensuais de solução dos conflitos.....	71
1.2.2.2.3.6. Cadastros.....	76
1.2.2.2.3.7. Remuneração do conciliador e do mediador.....	77
1.2.2.2.3.8. Impedimento do conciliador e do mediador.....	78
1.2.2.2.3.9. Causas de exclusão.....	78
1.2.2.2.3.10. Solução consensual no âmbito administrativo.....	79
1.2.2.2.3.11. Conciliação e mediação extrajudiciais.....	79
1.2.3. Arbitragem.....	79
1.3. Escopos da jurisdição.....	82
1.4. Características principais.....	83

1.4.1.	Caráter substitutivo.....	83
1.4.2.	Lide.....	84
1.4.3.	Inércia.....	85
1.4.4.	Definitividade.....	88
1.5.	Princípios da jurisdição.....	89
1.5.1.	Investidura.....	89
1.5.2.	Territorialidade (aderência ao território).....	89
1.5.3.	Indelegabilidade.....	90
1.5.4.	Inevitabilidade.....	91
1.5.5.	Inafastabilidade.....	92
1.5.6.	Juiz natural.....	97
1.5.7.	Promotor natural.....	98
1.6.	Espécies de jurisdição.....	99
1.6.1.	Jurisdição penal ou civil.....	99
1.6.2.	Jurisdição superior ou inferior.....	99
1.6.3.	Jurisdição comum e especial.....	100
1.7.	Jurisdição voluntária.....	100
1.7.1.	Características.....	100
1.7.1.1.	Obrigatoriedade.....	100
1.7.1.2.	Princípio inquisitivo.....	101
1.7.1.3.	Juízo de equidade.....	101
1.7.1.4.	Participação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....	102
1.7.2.	Natureza jurídica.....	103
1.7.2.1.	Inexistência de caráter substitutivo.....	103
1.7.2.2.	Inexistência de aplicação do direito ao caso concreto.....	103
1.7.2.3.	Ausência de lide.....	104
1.7.2.4.	Não há partes, mas meros interessados.....	105
1.7.2.5.	Não há processo, mas mero procedimento.....	105
1.7.2.6.	Inexistência de coisa julgada material.....	105
1.8.	Tutela jurisdicional.....	106
1.8.1.	Espécie de crise jurídica.....	106
1.8.2.	Natureza jurídica dos resultados jurídico-materiais.....	108
1.8.3.	Coincidência de resultados com a satisfação voluntária.....	111
1.8.4.	Espécie de técnicas procedimentais.....	114
1.8.4.1.	Introdução.....	114
1.8.4.2.	Formas de concretização da tutela diferenciada.....	114
1.8.4.3.	Cláusula geral de negócio jurídico processual.....	116
1.8.5.	Cognição vertical (profundidade).....	116
1.8.6.	Sistema processual.....	117

2. AÇÃO.....	125
2.1. Teorias da ação	125
2.1.1. Teoria imanentista (civilista)	125
2.1.2. Teoria concreta da ação	126
2.1.3. Teoria abstrata do direito de ação	127
2.1.4. Teoria eclética	128
2.1.5. Teoria da asserção	129
2.2. Condições da ação	131
2.2.1. Introdução	131
2.2.2. Possibilidade jurídica do pedido	133
2.2.3. Interesse de agir	134
2.2.4. Legitimidade	137
2.3. Elementos da ação	139
2.3.1. Introdução	139
2.3.2. Partes	140
2.3.3. Pedido	141
2.3.3.1. Certeza e determinação do pedido	142
2.3.3.2. Pedidos genéricos	143
2.3.3.2.1. Universalidade de bens	143
2.3.3.2.2. Demanda de indenização quando impossível a fixação do valor do dano	144
2.3.3.2.3. Valor a depender de ato a ser praticado pelo réu	146
2.3.3.3. Pedido implícito	147
2.3.3.4. Cumulação de pedidos	149
2.3.3.4.1. Requisitos para a cumulação dos pedidos.	150
2.3.3.4.1.1. Pedidos não podem ser incompatíveis entre si	150
2.3.3.4.1.2. Mesmo juízo competente para todos os pedidos	151
2.3.3.4.1.3. Identidade procedimental	152
2.3.3.4.2. Espécies de cumulação	153
2.3.4. Causa de pedir	155
3. PROCESSO.....	159
3.1. Introdução	159
3.1.1. Processo como procedimento	159
3.1.2. Processo como contrato	160
3.1.3. Processo como um quase contrato	160
3.1.4. Processo como relação jurídica	160
3.1.5. Processo como situação jurídica	161
3.1.6. Processo como procedimento em contraditório	162

3.1.7.	Procedimento animado por uma relação jurídica em contraditório	162
3.1.8.	Conclusão	162
3.2.	Procedimento	163
3.3.	Relação jurídica processual	163
3.3.1.	Composição	163
3.3.2.	Características	164
3.3.3.	Pressupostos processuais	165
3.3.3.1.	Pressupostos processuais subjetivos (juiz)	167
3.3.3.1.1.	Investidura	167
3.3.3.1.2.	Imparcialidade	167
3.3.3.2.	Pressupostos processuais subjetivos (partes)	169
3.3.3.2.1.	Capacidade de ser parte	169
3.3.3.2.2.	Capacidade de estar em juízo	169
3.3.3.2.3.	Capacidade postulatória	172
3.3.3.3.	Pressupostos processuais objetivos	172
3.3.3.3.1.	Pressupostos processuais objetivos extrínsecos	172
3.3.3.3.2.	Pressupostos processuais objetivos intrínsecos	173
3.3.3.3.2.1.	Demanda	173
3.3.3.3.2.2.	Petição inicial apta	174
3.3.3.3.2.3.	Citação válida	174
3.3.3.3.2.4.	Regularidade formal	175
3.4.	Princípios processuais	175
3.4.1.	Devido processo legal	175
3.4.2.	Contraditório	177
3.4.2.1.	Conceito tradicional: informação + possibilidade de reação	177
3.4.2.2.	Poder de influência das partes na formação do convencimento do juiz	179
3.4.2.3.	Contraditório como forma de evitar surpresa às partes ..	180
3.4.2.4.	Contraditório inútil	182
3.4.2.5.	Contraditório diferido (ou postecipado)	184
3.4.3.	Princípios dispositivo e inquisitivo (inquisitório)	186
3.4.4.	Motivação das decisões	187
3.4.4.1.	Motivação e fundamentação	187
3.4.4.2.	Justificativas para a exigência da motivação das decisões judiciais	188
3.4.4.3.	Roteiro para a fundamentação das decisões judiciais	189
3.4.4.3.1.	Introdução	189
3.4.4.3.2.	Limitação a indicação, reprodução ou paráfrase de ato normativo	190

3.4.4.3.3.	Conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais.....	190
3.4.4.3.4.	Motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.....	191
3.4.4.3.5.	Fundamentação exauriente x fundamentação suficiente.....	192
3.4.4.3.6.	Aplicação de súmula ou precedente como fundamento do decidir.....	193
3.4.4.3.7.	Distinção (distinguishing) e superação (overruling) como fundamento para deixar de decidir com fundamento em súmula ou precedente vinculantes.....	194
3.4.4.4.	Fundamentação per relationem.....	195
3.4.4.5.	Colisão entre normas.....	196
3.4.5.	Isonomia.....	197
3.4.6.	Publicidade dos atos processuais.....	200
3.4.7.	Princípio da economia processual.....	203
3.4.8.	Princípio da instrumentalidade das formas.....	204
3.4.9.	Princípio da razoável duração do processo.....	206
3.4.10.	Princípio da cooperação.....	208
3.4.11.	Princípio da boa-fé e lealdade processual.....	211
3.4.12.	Primazia no julgamento do mérito.....	218

4. COMPETÊNCIA..... 221

4.1.	Introdução.....	221
4.2.	Competência relativa e absoluta.....	222
4.2.1.	Competência relativa.....	223
4.2.1.1.	Legitimado para arguir a incompetência relativa.....	223
4.2.1.2.	Reconhecimento de ofício da incompetência relativa.....	225
4.2.1.3.	Momento para alegação da incompetência relativa.....	227
4.2.2.	Competência absoluta.....	228
4.2.2.1.	Legitimado para arguir a incompetência absoluta.....	228
4.2.2.2.	Momento de arguição da incompetência absoluta.....	228
4.2.3.	Identidades procedimentais.....	229
4.2.3.1.	Forma de alegação da incompetência.....	229
4.2.3.2.	Reconhecimento da incompetência e atos processuais já praticados.....	231
4.3.	Critérios para fixação da competência.....	234
4.4.	Limites da jurisdição nacional.....	235
4.4.1.	Introdução – princípio da efetividade.....	235
4.4.2.	Competência internacional concorrente e exclusiva.....	235
4.4.3.	Litispêndência internacional.....	237
4.5.	Espécies de competência.....	238

4.5.1.	Competência territorial.....	238
4.5.1.1.	Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 46 do CPC....	238
4.5.1.2.	Direito real imobiliário – art. 47 do CPC	240
4.5.1.3.	Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade, impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e ações em que o espólio for réu – art. 48 do CPC	243
4.5.1.4.	Réu ausente – art. 49 do CPC.....	243
4.5.1.5.	Réu incapaz – art. 50 do CPC.....	244
4.5.1.6.	União	244
4.5.1.7.	Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF	245
4.5.1.8.	Estado ou Distrito Federal.....	246
4.5.1.9.	Ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável – art. 53, I, do CPC.....	246
4.5.1.10.	Ação de alimentos – art. 53, II, do CPC.....	248
4.5.1.11.	Pessoa jurídica como réu – art. 53, III, “a”, do CPC	249
4.5.1.12.	Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 53, III, “b”, do CPC	249
4.5.1.13.	Sociedade ou associação que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 53, III, “c”, do CPC.....	250
4.5.1.14.	Obrigações a ser cumpridas – art. 53, III, “d”, do CPC.....	250
4.5.1.15.	Direitos previstos no Estatuto do Idoso (art. 53, III, “e”, do CPC).....	250
4.5.1.16.	Sede da serventia notarial ou de registro.....	251
4.5.1.17.	Reparação de dano – art. 53, IV, “a” do CPC.....	251
4.5.1.18.	Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 53, IV, “b”, do CPC	252
4.5.1.19.	Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 53, V, do CPC.....	252
4.5.2.	Competência funcional.....	253
4.5.2.1.	Conceito.....	253
4.5.2.2.	Competência funcional ou competência territorial absoluta?.....	254
	4.5.2.2.1. Art. 47 do CPC – ações reais imobiliárias....	255
	4.5.2.2.2. Art. 2.º da Lei 7.347/1985 – Ação civil pública.....	255
4.5.3.	Competência em razão da matéria.....	257
4.5.4.	Competência em razão da pessoa.....	257
4.5.5.	Competência em razão do valor da causa	258
4.5.5.1.	Juizados Especiais Estaduais – Lei 9.099/1995	258
4.5.5.2.	Juizados Especiais Federais – Lei 10.259/2001.....	259
4.5.5.3.	Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual – Lei 12.153/2009	260

	4.5.5.4.	Foros regionais (distritais).....	261
4.6.		Competência da justiça federal.....	261
	4.6.1.	Competência em razão da pessoa (ratione personae).....	262
	4.6.1.1.	Inciso I – “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”.....	262
	4.6.1.1.1.	Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal..	262
	4.6.1.1.2.	Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo.....	263
	4.6.1.1.3.	União e ação de usucapião.....	264
	4.6.1.1.4.	Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a Justiça Estadual.....	264
	4.6.1.1.5.	Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta.....	266
	4.6.1.2.	Inciso II – “as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País”.....	267
	4.6.1.3.	Inciso VIII – “os mandados de segurança e os habeas data contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais”.....	267
4.6.2.		Competência em razão da matéria (ratio materiae).....	268
	4.6.2.1.	Inciso III – “as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional”.....	268
	4.6.2.2.	Inciso X – “(..), a execução da carta rogatória, após o exequatur, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização”.....	268
	4.6.2.3.	Inciso XI – “a disputa sobre direitos indígenas”.....	268
	4.6.2.4.	Inciso V-A – “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5.º deste artigo”.....	269
4.7.		Prorrogação de competência.....	269
	4.7.1.	Conceito.....	269
	4.7.2.	Prorrogação legal.....	270
	4.7.2.1.	Conexão e continência.....	270
	4.7.2.1.1.	Conceito.....	270
	4.7.2.1.2.	Insuficiência do conceito legal de conexão.....	271
	4.7.2.1.3.	Vantagens e desvantagens da reunião dos processos.....	273
	4.7.2.1.4.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão....	275

4.7.2.2.	Ausência de alegação de incompetência relativa	277
4.7.3.	Prorrogações voluntárias.....	278
4.7.3.1.	Eleição de foro.....	278
4.7.3.2.	Vontade unilateral do autor.....	279
4.8.	Prevenção.....	280
4.8.1.	Conceito	280
4.8.2.	Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição.....	280
4.9.	Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> – art. 43 do CPC.....	280
4.10.	Competência adequada.....	282
5.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	285
5.1.	Introdução.....	285
5.2.	Sucumbência e causalidade	285
5.3.	Cabimento de condenação em honorários advocatícios.....	287
5.4.	honorários sucumbenciais recursais	290
5.5.	Valor dos honorários sucumbenciais	294
5.6.	Condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários sucumbenciais	295
5.7.	Sucumbência recíproca.....	296
5.8.	Pagamento na pessoa da sociedade de advogados	297
5.9.	Termo inicial dos juros	298
5.10.	Omissão da condenação em honorários advocatícios em sentença transitada em julgado	298
5.11.	Legitimidade para impugnar e executar.....	299
5.12.	Direito ao ressarcimento dos honorários contratuais.....	301
6.	GRATUIDADE DE JUSTIÇA	305
6.1.	Beneficiários da assistência judiciária.....	305
6.2.	Benefício da gratuidade.....	306
6.3.	Gratuidade e adiantamento de honorários periciais.....	308
6.4.	Concessão parcial de gratuidade e parcelamento.....	309
6.5.	Condenação do beneficiário da gratuidade.....	309
6.6.	Procedimento.....	310
6.6.1.	Forma do pedido de concessão da gratuidade.....	310
6.6.2.	Indeferimento do pedido.....	311
6.6.3.	Deferimento do pedido.....	311
6.6.4.	Impugnação à decisão concessiva do benefício.....	312
6.6.5.	Instrução probatória.....	312
6.6.6.	Revogação do benefício	312
6.6.7.	Recorribilidade.....	312
6.7.	Trânsito em julgado da decisão que revoga a gratuidade.....	313

7. LITISCONSÓRCIO.....	315
7.1. Conceito.....	315
7.2. Hipóteses de cabimento.....	316
7.3. Classificação do litisconsórcio.....	317
7.3.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto.....	317
7.3.2. Litisconsórcio inicial (originário) ou ulterior (posterior, incidental ou superveniente).....	317
7.3.3. Litisconsórcio necessário ou facultativo.....	318
7.3.4. Litisconsórcio unitário e simples.....	319
7.4. Limitação do litisconsórcio facultativo.....	320
7.4.1. Introdução.....	320
7.4.2. Reconhecimento de ofício pelo juiz.....	320
7.4.3. Pedido da parte.....	321
7.4.4. Litisconsórcio recusável?.....	322
7.4.5. Consequência jurídica da limitação do litisconsórcio facultativo.....	322
7.5. Litisconsórcio necessário e unitário. Necessárias distinções.....	324
7.6. Litisconsórcio ativo necessário?.....	327
7.7. Existe a intervenção iussu iudicis no processo civil brasileiro?.....	330
7.8. Vício gerado pela ausência de litisconsórcio necessário.....	331
7.9. Litisconsórcio alternativo e sucessivo.....	332
7.10. Dinâmica entre os litisconsortes.....	333
7.10.1. Introdução.....	333
7.10.2. Atos de disposição de direito.....	333
7.10.3. Presunção de veracidade dos fatos na revelia (art. 345, I, do CPC).....	334
7.10.4. Recurso interposto por somente um litisconsorte (art. 1.005, <i>caput</i> , do CPC).....	335
7.10.5. Produção da prova.....	336
7.10.6. A confissão e o litisconsórcio.....	337
7.10.7. Prazo para os litisconsortes.....	339
8. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	343
8.1. Intervenções típicas e atípicas.....	343
8.1.1. Processo/fase de conhecimento.....	344
8.1.1.1. Intervenções da Lei 9.469/1997.....	344
8.1.1.2. Ação de alimentos.....	345
8.1.2. Processo/fase de execução.....	349
8.1.3. Ação probatória autônoma.....	349
8.2. Assistência.....	350
8.2.1. Introdução.....	350
8.2.2. Assistência simples (adesiva).....	351
8.2.3. Assistência litisconsorcial (qualificada).....	352

8.2.3.1.	Assistente litisconsorcial ou litisconsorte facultativo ulterior?.....	353
8.2.4.	Procedimento da assistência.....	354
8.2.5.	Os poderes do assistente simples.....	356
8.2.6.	Os poderes do assistente litisconsorcial.....	358
8.2.7.	Imutabilidade da justiça da decisão.....	359
8.2.8.	Justiça da decisão e coisa julgada.....	360
8.3.	Denúnciação da lide.....	361
8.3.1.	Conceito.....	361
8.3.2.	Hipóteses de cabimento.....	362
8.3.2.1.	Denúnciação da lide pelo comprador evicto.....	363
8.3.2.2.	Denúnciação do obrigado, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente a parte (art. 125, II, do CPC).....	363
8.3.3.	Facultatividade.....	365
8.3.4.	Qualidade processual do denunciado.....	367
8.3.5.	Condenação e cumprimento de sentença diretamente contra o denunciado.....	368
8.3.6.	Denúnciação sucessiva.....	370
8.3.7.	Procedimento da denúnciação da lide feita pelo autor.....	371
8.3.8.	Procedimento da denúnciação pelo réu.....	371
8.4.	Chamamento ao processo.....	374
8.4.1.	Conceito.....	374
8.4.2.	Hipóteses de cabimento.....	376
8.4.3.	Procedimento.....	378
8.4.4.	Chamamento ao processo no direito do consumidor.....	379
8.5.	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica.....	380
8.5.1.	Introdução.....	380
8.5.2.	Momento.....	382
8.5.3.	Procedimento.....	382
8.5.4.	Forma de defesa do sócio (ou da sociedade na descon sideração inversa).....	385
8.5.5.	Recorribilidade.....	387
8.5.6.	Fraude à execução.....	389
8.6.	<i>Amicus curiae</i>	389
8.6.1.	Introdução.....	389
8.6.2.	Interesse institucional.....	390
8.6.3.	Requisitos.....	391
8.6.4.	Aspectos procedimentais.....	392

9. NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E CALENDARIZAÇÃO PROCEDIMENTAL 397

9.1.	Negócio jurídico processual.....	397
------	----------------------------------	-----

9.1.1.	Espécies de negócios jurídicos processuais	397
9.1.2.	Negócios jurídicos processuais típicos.....	398
9.1.3.	Cláusula geral de negócios jurídicos processuais	399
9.1.4.	Objeto do negócio jurídico processual previsto no art. 190 do CPC	400
9.1.4.1.	Introdução	400
9.1.4.2.	Acordo procedimental	401
9.1.4.3.	Posições processuais.....	402
9.1.5.	Momento	403
9.1.6.	Requisitos formais.....	404
9.1.6.1.	Introdução	404
9.1.6.2.	Requisitos formais gerais do negócio jurídico	404
9.1.6.3.	Direitos que admitam a autocomposição.....	405
9.1.6.4.	Nulidade.....	406
9.1.6.5.	Inserção abusiva em contrato de adesão	407
9.1.6.6.	Vulnerabilidade.....	408
9.1.7.	Limites à liberdade das partes.....	409
9.1.7.1.	Introdução	409
9.1.7.2.	Normas fundamentais do processo.....	409
9.1.7.3.	Normas cogentes.....	411
9.1.7.4.	Desnecessidade e incapacidade de atingir os objetivos previstos em lei.....	414
9.1.8.	Decisão que decreta a invalidade do negócio jurídico processual....	414
9.1.9.	Casuística.....	415
9.2.	Calendário procedimental	416
9.2.1.	Introdução.....	416
9.2.2.	Negócio jurídico plurilateral	417
9.2.3.	Momento de definição do calendário	418
9.2.4.	Revisão excepcional do calendário	418

10. ATOS PROCESSUAIS..... 421

10.1.	Introdução	422
10.2.	Da Prática Eletrônica de Atos Processuais.....	422
10.2.1.	Introdução.....	422
10.2.2.	Atos processuais por meio eletrônico.....	422
10.2.3.	Prática eletrônica de atos notariais e de registro.....	422
10.2.4.	Garantias dos sistemas de automação processual	423
10.2.5.	Publicidade	423
10.2.6.	Acesso e participação das partes e de seus procuradores	424
10.2.7.	Garantias de natureza técnica	424
10.2.8.	Registro do ato processual eletrônico.....	425
10.2.9.	Regulamentação da prática e da comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico.....	426

10.2.10.	Caráter oficial das informações processuais prestada pelos sistemas dos tribunais.....	426
10.2.11.	Problemas técnicos e erro ou omissão do auxiliar da justiça responsável pelo registro dos andamentos.....	427
10.2.12.	Facilitação no acesso aos autos eletrônicos.....	427
10.3.	Dos atos das partes.....	427
10.3.1.	Eficácia imediata dos atos processuais.....	427
10.3.2.	Direito de exigir recibo.....	428
10.3.3.	Cotas marginais ou interlineares.....	428
10.4.	Dos Pronunciamentos do Juiz.....	429
10.4.1.	Pronunciamentos do juízo de primeiro grau.....	429
10.4.1.1.	Sentença.....	429
10.4.1.2.	Decisão interlocutória.....	429
10.4.1.3.	Despacho.....	429
10.4.1.4.	Decisão interlocutória x despacho.....	430
10.4.1.5.	Atos ordinatórios.....	430
10.4.2.	Pronunciamentos proferidos em tribunal.....	431
10.4.2.1.	Acórdão.....	431
10.4.3.	Requisitos formais dos pronunciamentos judiciais.....	431
10.4.4.	Publicação dos pronunciamentos.....	432
10.5.	Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria.....	432
10.5.1.	Autuação.....	432
10.5.2.	Numeração e rubrica das folhas dos autos.....	433
10.5.3.	Termo de juntada, vista e conclusão.....	433
10.5.4.	Métodos de registro dos atos processuais.....	434
10.5.5.	Formalidades materiais dos atos e termos processuais.....	434
10.6.	Do tempo dos atos processuais.....	435
10.6.1.	Dias úteis das 06:00 às 20:00.....	435
10.6.2.	Momento para a prática eletrônica de ato processual.....	436
10.6.3.	Atos praticados durante as férias forenses e feriados.....	437
10.7.	Do lugar da prática dos atos processuais.....	438
10.8.	Dos prazos.....	439
10.8.1.	Espécies de prazos processuais.....	439
10.8.2.	Comparecimento em juízo.....	440
10.8.3.	Ato praticado antes do início da contagem do prazo.....	440
10.8.4.	Contagem do prazo.....	441
10.8.5.	Intimação tácita por meio eletrônico.....	442
10.8.6.	Suspensão e interrupção do prazo.....	442
10.8.7.	Obstáculo criado pela parte contrária.....	444
10.8.8.	Foro onde for difícil o transporte.....	445
10.8.9.	Vedação à redução de prazo sem a anuência das partes.....	445
10.8.10.	Preclusão.....	446

10.8.11.	Extinção do direito de emendar o ato processual.....	447
10.8.12.	Contagem do prazo.....	448
10.8.13.	Indisponibilidade dos sistemas de informática.....	448
10.8.14.	Publicação no diário oficial.....	449
10.8.15.	Renúncia ao prazo recursal.....	449
10.8.16.	Prazos para o pronunciamento judicial.....	450
10.8.17.	Prazos para os serventuários da justiça.....	450
10.8.18.	Termo inicial do prazo.....	452
10.8.19.	Contagem e fluência do prazo.....	452
10.8.20.	Atos da parte.....	454
10.8.21.	Atos praticados por carta.....	454
10.8.22.	Excesso de prazo pelo serventuário.....	454
10.8.23.	Restituição dos autos.....	455
10.8.24.	Excesso de prazo pelo magistrado.....	456
10.9.	Comunicação dos atos processuais.....	457
10.9.1.	Formas de comunicação.....	457
10.9.2.	Citação.....	458
10.9.3.	Intimação.....	458
10.9.3.1.	Conceito.....	458
10.9.3.2.	Meios de intimação.....	458
10.9.3.3.	Responsável pela intimação.....	459
10.9.3.4.	Intimação da Fazenda Pública.....	460
10.9.3.5.	Intimação por meio eletrônico.....	460
10.9.3.6.	Intimação por publicação no órgão oficial.....	461
10.9.3.7.	Intimação em nome da sociedade de advogados.....	461
10.9.3.8.	Requisitos formais da publicação (nome da parte, do advogado ou da sociedade).....	461
10.9.3.9.	Publicação em nome de advogado indicado.....	462
10.9.3.10.	Retirada dos autos de cartório.....	463
10.9.3.11.	Alegação da nulidade.....	464
10.9.3.12.	Intimação pessoal do advogado.....	464
10.9.3.13.	Intimação pelo correio.....	464
10.9.3.14.	Intimação pelo escrivão ou chefe de secretaria.....	465
10.9.3.15.	Intimação por oficial de justiça.....	465
10.9.3.16.	Intimação ficta.....	465
10.9.4.	Cartas.....	465
10.9.4.1.	Espécies.....	465
10.9.4.2.	Carta de ordem.....	466
10.9.4.3.	Carta rogatória.....	466
10.9.4.4.	Carta precatória.....	467
10.9.4.5.	Carta arbitral.....	467

10.9.4.6.	Requisitos formais.....	467
10.9.4.7.	Prazo para cumprimento.....	469
10.9.4.8.	Princípio do contraditório.....	469
10.9.4.9.	Caráter itinerante	470
10.9.4.10.	Transmissão da carta por telefone	471
10.9.4.11.	Impulso oficial.....	471
10.9.4.12.	Recusa no cumprimento da carta.....	472
10.9.4.13.	Devolução da carta.....	474
10.10.	Ordem cronológica de julgamento	475
10.10.1.	Introdução.....	475
10.10.2.	Publicidade	476
10.10.3.	Requerimento em processo já incluído na ordem de julgamento....	476
10.10.4.	Exceções à ordem cronológica	476
10.10.5.	Dever ou faculdade?.....	478
11.	VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS	481
11.1.	Introdução.....	481
11.2.	Vício e nulidade.....	482
11.3.	Classificação.....	484
11.4.	Mera irregularidade.....	485
11.5.	Nulidades relativas.....	485
11.6.	Nulidade absoluta	487
11.7.	Inexistência jurídica.....	489
11.8.	Efeito expansivo e confinamento das nulidades.....	490
12.	TUTELA PROVISÓRIA	493
12.1.	Introdução	493
12.2.	Disposições gerais da tutela provisória.....	495
12.2.1.	Introdução.....	495
12.2.2.	Tutela provisória antecedente ou incidental	495
12.2.3.	Efetivação da tutela provisória.....	496
12.2.4.	Provisoriedade	498
12.2.4.1.	Introdução	498
12.2.4.2.	Revogação expressa ou tácita	498
12.2.4.3.	Tutela provisória e agravo de instrumento	500
12.2.4.4.	Fundamento e forma da revogação da tutela provisória	501
12.2.4.5.	Tutela cautelar concedida em sentença.....	503
12.2.5.	Discricionariedade e fundamentação da decisão.....	504
12.2.6.	Competência.....	505
12.2.6.1.	Regra de competência	505
12.2.6.2.	Críticas ao art. 299, <i>caput</i> , do CPC	505
12.2.6.3.	Competência e prevenção do juízo.....	507

	12.2.6.3.1.	Juízo competente e prevenção.....	507
	12.2.6.3.2.	Juízo incompetente e prevenção.....	507
	12.2.6.4.	Competência em grau recursal e em ação de competência originária de tribunal.....	508
12.3.		Comparação entre tutela cautelar e tutela antecipada.....	509
	12.3.1.	Introdução.....	509
	12.3.2.	Identities.....	512
	12.3.2.1.	Requisitos para concessão.....	512
	12.3.2.2.	Caução.....	513
	12.3.2.3.	Responsabilidade objetiva.....	515
	12.3.2.3.1.	Hipóteses legais de responsabilidade objetiva.....	516
	12.3.2.3.1.1	Sentença desfavorável (art. 302, I, do CPC).....	516
	12.3.2.3.1.2.	Obtenção da liminar da tutela em caráter antecedente e não fornecimento de meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 dias (art. 302, II, do CPC).....	517
	12.3.2.3.1.3.	Cessação da eficácia em qualquer hipótese legal (art. 302, III, do CPC).....	517
	12.3.2.3.1.4.	Sentença de prescrição e decadência (art. 302, IV, do CPC).....	517
	12.3.3.	Liquidação e execução.....	518
	12.3.4.	Concessão de ofício.....	519
	12.3.5.	Audiência de justificação.....	519
	12.3.6.	Fungibilidade entre as espécies de tutela de urgência.....	520
12.4.		Tutela antecipada.....	521
	12.4.1.	Objeto da antecipação.....	521
	12.4.2.	Processos e procedimentos compatíveis.....	524
	12.4.3.	Requisito negativo – irreversibilidade.....	525
	12.4.4.	Legitimação.....	527
	12.4.5.	Momento da antecipação.....	529
	12.4.5.1.	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	529
	12.4.5.1.1.	Procedimento.....	529
	12.4.5.1.2.	Estabilização da tutela antecipada.....	531
	12.4.5.1.2.1.	Introdução.....	531
	12.4.5.1.2.2.	Estabilização de tutela antecipada ou de tutela provisória?.....	532

	12.4.5.1.2.3. Restrição a concessão antecedente de tutela antecipada ..	532
	12.4.5.1.2.4. Tutela antecipada parcial	533
	12.4.5.1.2.5. Recurso do réu	534
	12.4.5.1.2.6. Qual é o recurso previsto no art. 304, caput, do CPC?	536
	12.4.5.1.2.7. Vontade do autor	537
	12.4.5.1.2.8. Litisconsórcio e assistência	538
	12.4.5.1.2.9. Extinção do processo	539
	12.4.5.1.2.10. Inexistência de coisa julgada	539
	12.4.5.1.2.11. Ação no prazo de 2 anos	540
	12.4.5.1.2.12. Ação rescisória	541
	12.4.5.2. Tutela antecipada requerida em caráter incidental	542
	12.4.5.2.1. Introdução	542
	12.4.5.2.2. <i>Inaudita altera parte</i>	542
12.4.6.	Sentença	544
12.4.7.	Fase recursal	546
12.4.8.	Tutela antecipada contra a Fazenda Pública	548
12.5.	Tutela cautelar	551
12.5.1.	Autonomia	551
12.5.2.	Sumariedade	552
12.5.3.	Instrumentalidade	553
12.5.4.	Cautelares típicas e generalidade da tutela cautelar	554
12.5.5.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	556
	12.5.5.1. Introdução	556
	12.5.5.2. Procedimento	556
	12.5.5.2.1. Petição inicial	556
	12.5.5.2.2. Contraditório na demanda cautelar	558
	12.5.5.2.3. Revelia	558
	12.5.5.2.4. Instrução probatória	559
	12.5.5.2.5. Sentença	559
12.5.6.	Coisa julgada material	560
12.5.7.	Pedido cautelar e pedido principal	562
	12.5.7.1. Concessão e efetivação da tutela	562
	12.5.7.2. Elaboração do pedido principal mesmo diante da não concessão ou não efetivação	565
12.5.8.	Cessação da eficácia da tutela cautelar	566
	12.5.8.1. Não dedu�o do pedido principal no prazo legal (art. 309, I, do CPC)	566
	12.5.8.2. Ausência de efetiva�o da tutela cautelar no prazo de 30 dias (art. 309, II, do CPC)	566

12.5.8.3.	Improcedência do pedido principal ou extinção terminativa do processo (art. 309, III, do CPC).....	567
12.6.	Tutela da evidência.....	568
12.6.1.	Introdução.....	568
12.6.2.	Hipóteses de cabimento.....	568
12.6.2.1.	Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.....	568
12.6.2.2.	Fato provável e tese jurídica pacificada nos tribunais superiores.....	570
12.6.2.3.	Prova documental em ação reipersecutória.....	572
12.6.2.4.	Prova documental sem prova do réu capaz de gerar dúvida razoável ao juiz.....	572
12.6.3.	Procedimento.....	573
12.6.4.	Tutela da evidência atípica.....	573
13.	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	575
13.1.	Formação do processo.....	575
13.1.1.	Formação gradual da relação jurídica processual.....	575
13.1.2.	Momento da propositura da ação.....	576
13.1.3.	Litispendência.....	576
13.2.	Suspensão do processo.....	577
13.2.1.	Suspensão do procedimento.....	577
13.2.2.	Suspensão própria e imprópria.....	577
13.2.3.	Decisão de suspensão do processo.....	578
13.2.4.	Impugnabilidade da decisão de suspensão do processo.....	578
13.2.5.	Morte ou perda da capacidade processual da parte.....	579
13.2.6.	Dissolução de sociedade.....	580
13.2.7.	Morte ou perda de capacidade processual do representante legal.....	580
13.2.8.	Morte ou perda de capacidade processual do advogado.....	581
13.2.9.	Convenção das partes.....	582
13.2.10.	Arguição de impedimento ou de suspeição.....	583
13.2.11.	Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	583
13.2.12.	Prejudicialidade.....	584
13.2.13.	Necessidade de verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada para outro juízo.....	585
13.2.14.	Força maior.....	586
13.2.15.	Acidentes e fatos da navegação de competência do tribunal marítimo.....	586
13.2.16.	Demais casos regulados pelo Código de Processo Civil.....	587
13.2.17.	Pelo parto ou adoção.....	587
13.2.18.	Pela paternidade.....	588
13.2.19.	Prazo de suspensão.....	588

13.2.20.	Vedação à prática de atos processuais durante a suspensão do processo	589
13.2.21.	Arguição de suspeição e impedimento do juiz.....	589
13.2.22.	Verificação da existência de fato delituoso pela justiça criminal.....	590
13.3.	Extinção do processo	591
13.3.1.	Extinção do processo.....	591
13.3.2.	Impropriedade do termo “extinção parcial do processo”.....	591
13.3.3.	Princípio da cooperação e extinção do processo por sentença terminativa	592
13.3.4.	Reconhecimento jurídico do pedido	592
14.	PETIÇÃO INICIAL	593
14.1.	Introdução	593
14.2.	Requisitos estruturais da petição inicial.....	594
14.2.1.	Juízo singular ou colegiado a que é dirigida a petição inicial.....	594
14.2.2.	Indicação das partes e sua qualificação	595
14.2.3.	Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido.....	597
14.2.4.	Pedido.....	597
14.2.5.	Valor da causa	598
14.2.6.	Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	600
14.2.7.	Opção do autor quanto à realização da audiência de conciliação ou de mediação	601
14.3.	Documentos indispensáveis à propositura da demanda.....	602
15.	POSTURAS DO JUIZ DIANTE DA PETIÇÃO INICIAL.....	605
15.1.	Introdução	605
15.2.	Emenda da petição inicial.....	605
15.3.	Indeferimento da petição inicial.....	609
15.3.1.	Conceito de indeferimento, recorribilidade e juízo de retratação.....	609
15.3.2.	Hipóteses de indeferimento da petição inicial	612
15.3.2.1.	Inépcia da petição inicial	612
15.3.2.2.	Manifesta ilegitimidade de parte.....	612
15.3.2.3.	Falta de interesse de agir.....	613
15.3.2.4.	Ausência de emenda da petição inicial.....	613
15.4.	Julgamento liminar de improcedência	613
15.4.1.	Introdução.....	613
15.4.2.	Requisitos para o julgamento de improcedência liminar.....	615
15.4.3.	Conduta do juiz	617
15.4.4.	Julgamento parcial de improcedência liminar?.....	618
15.4.5.	Julgamento da apelação pelo tribunal.....	619
15.5.	Citação	621

15.5.1.	Conceito	621
15.5.2.	Efeitos da citação	622
15.5.2.1.	Efeitos processuais	623
15.5.2.1.1.	Indução à litispendência.....	623
15.5.2.1.2.	Estabilização da demanda.....	623
15.5.2.2.	Efeitos materiais.....	624
15.5.2.2.1.	Tornar a coisa litigiosa.....	624
15.5.2.2.2.	Constituição em mora do devedor.....	625
15.5.2.2.3.	Interrupção da prescrição.....	626
15.5.3.	Modalidades de citação.....	627
15.5.3.1.	Correio.....	627
15.5.3.2.	Oficial de justiça.....	629
15.5.3.3.	Editais.....	632
15.5.3.4.	Meio eletrônico.....	634
15.5.3.5.	Comparecimento do réu em cartório.....	636
16.	AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	637
16.1.	Citação do réu para comparecimento à audiência de conciliação ou de mediação.....	637
16.2.	Conciliador e mediador.....	638
16.3.	Número de sessões.....	639
16.4.	Intimação do autor.....	640
16.5.	Desinteresse das partes na realização da audiência.....	641
16.6.	Não realização de audiência quando o direito material não admitir autocomposição.....	643
16.7.	Outras hipóteses de dispensa da audiência.....	643
16.8.	Desinteresse na realização da audiência e litisconsórcio	644
16.9.	Ato atentatório à dignidade da justiça.....	645
16.10.	Presença de advogado ou defensor público.....	645
16.11.	Representante com poderes para negociar e transigir	646
16.12.	Redução a termo da homologação por "sentença".....	646
16.13.	Pauta.....	646
17.	RESPOSTAS DO RÉU	647
17.1.	Introdução	647
17.2.	Contestação.....	648
17.2.1.	Prazo.....	648
17.2.2.	Matérias de defesa.....	650
17.2.2.1.	Defesas processuais.....	650
17.2.2.1.1.	Defesas dilatórias.....	650
17.2.2.1.1.1.	Inexistência ou nulidade de citação (art. 337, I, do CPC)	650

	17.2.2.1.1.2.	Incompetência do juízo (art. 337, II, do CPC).....	651
	17.2.2.1.1.3.	Conexão/continência (art. 337, VIII, do CPC).....	653
	17.2.2.1.2.	Defesas peremptórias.....	653
	17.2.2.1.2.1.	Inépcia da petição inicial (art. 337, IV, do CPC).....	653
	17.2.2.1.2.2.	Perempção (art. 337, V, do CPC).....	654
	17.2.2.1.2.3.	Litispendência (art. 337, VI, do CPC).....	655
	17.2.2.1.2.4.	Coisa julgada (art. 337, VII, do CPC).....	655
	17.2.2.1.2.5.	Convenção de arbitragem (art. 337, X, do CPC).....	655
	17.2.2.1.2.6.	Carência da ação por falta de interesse de agir e ilegitimidade (art. 337, XI, do CPC).....	656
	17.2.2.1.3.	Defesas dilatórias potencialmente peremptórias.....	656
	17.2.2.1.3.1.	Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 337, IX, do CPC).....	656
	17.2.2.1.3.2.	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar (art. 337, XII, do CPC).....	657
	17.2.2.1.3.3.	Incorreção do valor da causa (art. 337, III, do CPC).....	657
	17.2.2.1.3.4.	Carência de ação por ilegitimidade de parte (art. 337, XI do CPC).....	659
	17.2.2.1.3.5.	Indevida concessão do benefício da gratuidade de justiça (art. 337, XIII, do CPC).....	662
	17.2.2.2.	Defesas de mérito.....	662
	17.2.2.2.1.	Defesa de mérito direta.....	662
	17.2.2.2.2.	Defesa de mérito indireta.....	663
	17.2.3.	Princípio da impugnação específica dos fatos.....	664
	17.2.4.	Princípio da eventualidade.....	665
17.3.	Reconvenção.....		666
	17.3.1.	Conceito.....	666
	17.3.2.	Condições da ação.....	667
	17.3.2.1.	Legitimidade de parte.....	667

17.3.2.2.	Interesse de agir.....	669
17.3.3.	Pressupostos processuais.....	670
17.3.4.	Procedimento.....	671
18.	REVELIA	675
18.1.	Conceito.....	675
18.2.	Efeitos.....	676
18.2.1.	Fatos alegados pelo autor serão reputados verdadeiros	676
18.2.2.	Desnecessidade de intimação do réu revel.....	680
18.2.3.	Julgamento antecipado do mérito	681
18.3.	Modificação objetiva da demanda.....	682
18.4.	Ingresso do réu revel no processo.....	683
18.4.1.	Participação do réu revel no procedimento probatório.....	684
18.4.1.1.	Provas causais.....	684
18.4.1.2.	Provas pré-constituídas.....	685
19.	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	687
19.1.	Providências preliminares.....	687
19.2.	Julgamento conforme o estado do processo.....	688
19.2.1.	Introdução.....	688
19.2.2.	Extinção do processo sem a resolução do mérito.....	689
19.2.3.	Extinção do processo com a resolução do mérito, fundada no art. 487, II e III, do CPC	690
19.2.4.	Julgamento antecipado do mérito.....	691
19.2.5.	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	693
19.2.6.	Saneamento e organização do processo.....	695
20.	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	701
20.1.	Introdução.....	701
20.2.	Procedimento.....	703
20.2.1.	Abertura e pregão das partes.....	703
20.2.2.	Conciliação (tentativa de autocomposição).....	704
20.2.3.	Fixação dos pontos controvertidos.....	705
20.2.4.	Esclarecimentos do perito	706
20.2.5.	Depoimento pessoal.....	707
20.2.6.	Oitiva das testemunhas.....	707
20.2.7.	Debates orais.....	707
20.2.8.	Prolação da sentença	708
20.3.	Audiência una e contínua.....	708
20.4.	Adiamento da audiência.....	709

21. PROVAS.....	713
21.1. Teoria geral das provas.....	713
21.1.1. Conceito de prova.....	713
21.1.2. Espécies de prova.....	714
21.1.3. A verdade possível e a verossimilhança.....	715
21.1.4. A caducidade das expressões “verdade formal” e “verdade real”.....	716
21.1.5. Direito à prova no processo civil.....	718
21.1.6. Objeto da prova.....	719
21.1.6.1. Exclusão do objeto de prova (art. 374 do CPC).....	719
21.1.6.2. Relevância e pertinência.....	720
21.1.6.3. Fatos notórios.....	720
21.1.6.4. Fatos confessados.....	721
21.1.6.5. Ausência de controvérsia.....	722
21.1.6.6. Presunção.....	722
21.1.6.7. Prova do direito (art. 376 do CPC).....	724
21.1.7. Ônus da prova.....	724
21.1.7.1. Regras de distribuição do ônus da prova.....	725
21.1.7.2. Inversão do ônus da prova.....	727
21.1.7.3. Momento de inversão do ônus da prova.....	729
21.1.7.4. Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais.....	731
21.1.8. A produção da prova de ofício (“poder” instrutório do juiz).....	732
21.1.9. Preclusões para o juiz na atividade probatória.....	734
21.1.10. Valoração da prova.....	735
21.1.11. Prova emprestada.....	738
21.1.12. Prova ilícita.....	741
21.1.12.1. Proibição constitucional às provas ilícitas.....	742
21.1.13. Provas atípicas.....	744
21.1.14. Ação probatória autônoma.....	745
21.1.14.1. Introdução.....	745
21.1.14.2. Cabimento.....	745
21.1.14.3. Competência.....	747
21.1.14.4. Procedimento.....	748
21.2. Provas em espécie.....	752
21.2.1. Ata notarial.....	752
21.2.1.1. Introdução.....	752
21.2.1.2. Cabimento.....	753
21.2.1.3. Procedimento.....	753
21.2.2. Depoimento pessoal.....	754
21.2.2.1. Conceito.....	754
21.2.2.2. Os sujeitos envolvidos no depoimento pessoal.....	755
21.2.2.3. Consequências do depoimento pessoal.....	757

21.2.2.4.	Procedimento.....	758
21.2.3.	Da confissão.....	760
21.2.3.1.	Conceito.....	760
21.2.3.2.	Espécies de confissão.....	762
21.2.3.3.	Indivisibilidade da confissão.....	763
21.2.3.4.	Invalidação da confissão.....	764
21.2.4.	Da exibição de documento ou coisa.....	765
21.2.4.1.	Conceito.....	765
21.2.4.2.	Aspectos procedimentais comuns.....	766
21.2.4.3.	Procedimento contra a parte contrária.....	767
21.2.4.4.	Procedimento contra terceiro.....	770
21.2.5.	Da prova documental.....	771
21.2.5.1.	Conceito.....	771
21.2.5.2.	Documento público e sua força probante.....	772
21.2.5.3.	Documento particular e sua força probante.....	773
21.2.5.4.	Arguição de falsidade documental.....	775
	21.2.5.4.1. Natureza jurídica e objeto.....	775
	21.2.5.4.2. Procedimento.....	777
21.2.5.5.	Produção da prova documental.....	778
21.2.6.	Da prova testemunhal.....	780
21.2.6.1.	Conceito.....	780
21.2.6.2.	Cabimento.....	780
21.2.6.3.	Sujeitos que podem testemunhar.....	782
21.2.6.4.	Direitos e deveres da testemunha.....	784
21.2.6.5.	Produção da prova testemunhal.....	786
21.2.7.	Da prova pericial.....	791
21.2.7.1.	Conceito e espécies.....	791
21.2.7.2.	Cabimento.....	791
21.2.7.3.	Procedimento.....	793
	21.2.7.3.1. Indicação do perito.....	793
	21.2.7.3.2. Escusa do perito.....	795
	21.2.7.3.3. Prova pericial complexa.....	796
	21.2.7.3.4. Substituição do perito.....	796
	21.2.7.3.5. Atos preparatórios.....	798
	21.2.7.3.6. Intimação prévia das partes.....	799
	21.2.7.3.7. Apresentação do laudo.....	799
21.2.7.4.	Prova pericial e audiência de instrução e julgamento.....	802
21.2.7.5.	Segunda perícia.....	803
21.2.7.6.	Princípio da persuasão racional e a prova pericial.....	804
21.2.8.	Da inspeção judicial.....	804
21.2.8.1.	Conceito.....	804
21.2.8.2.	Procedimento.....	805

22. SENTENÇA	807
22.1. Conceito legal de sentença	807
22.2. Classificação das sentenças	810
22.2.1. Conteúdo da sentença.....	810
22.2.1.1. Teoria ternária e teoria quinária	810
22.2.1.2. Sentença meramente declaratória.....	811
22.2.1.3. Sentença constitutiva.....	814
22.2.1.4. Sentença condenatória.....	815
22.2.1.5. Sentença executiva lato sensu.....	815
22.2.1.6. Sentença mandamental.....	816
22.2.2. Resolução de mérito.....	817
22.2.2.1. Sentenças terminativas (art. 485 do CPC).....	817
22.2.2.1.1. Indeferimento da petição inicial	817
22.2.2.1.2. Processo parado durante mais de um ano por negligência das partes	817
22.2.2.1.3. Abandono do processo.....	819
22.2.2.1.4. Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo	820
22.2.2.1.5. Perempção, coisa julgada e litispendência...	820
22.2.2.1.6. Carência da ação.....	821
22.2.2.1.7. Convenção de arbitragem.....	821
22.2.2.1.8. Desistência da ação	822
22.2.2.1.9. Direitos intransmissíveis.....	823
22.2.2.1.10. Repropositura da ação	824
22.2.2.2. Sentenças definitivas (art. 487 do CPC).....	826
22.2.2.2.1. Acolhimento ou rejeição do pedido.....	827
22.2.2.2.2. Reconhecimento jurídico do pedido.....	827
22.2.2.2.3. Transação.....	828
22.2.2.2.4. Prescrição e decadência.....	828
22.2.2.2.5. Renúncia.....	828
22.3. Elementos da sentença.....	829
22.3.1. Relatório.....	829
22.3.2. Fundamentação.....	830
22.3.3. Dispositivo.....	831
22.3.4. Comentários gerais a respeito dos elementos da sentença.....	832
22.4. Sentença líquida.....	832
22.5. Princípio da congruência.....	833
22.5.1. Conceito	833
22.5.2. Exceções ao princípio da congruência.....	835
22.6. Sentença <i>extra petita</i>	836

22.6.1.	Conceito	836
22.6.2.	Recorribilidade da sentença extra petita.....	837
22.7.	Sentença <i>ultra petita</i>	838
22.7.1.	Conceito	838
22.7.2.	Recorribilidade da sentença ultra petita.....	839
22.8.	Sentença <i>citra petita (infra petita)</i>	839
22.8.1.	Conceito	839
22.8.2.	Recorribilidade da sentença <i>citra petita</i>	841
22.9.	Situação fática no momento da prolação da sentença.....	843
22.10.	Modificação da sentença pelo juízo sentenciante.....	844
22.11.	Ações que tenham como objeto obrigação de fazer e não fazer.....	845
22.12.	Capítulos de sentença.....	845

23. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA 847

23.1.	Natureza jurídica da liquidação.....	847
23.2.	Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis.....	847
23.3.	Títulos que podem ser objeto de liquidação.....	849
23.4.	Vedação à sentença ilíquida.....	849
23.5.	Liquidação na pendência de recurso recebido no efeito suspensivo.....	850
23.6.	Decisão que julga a liquidação: decisão interlocutória ou sentença?.....	851
23.7.	Natureza da decisão pela qual a liquidação é julgada.....	853
23.8.	Liquidação como forma de frustração da execução.....	854
23.9.	Natureza jurídica da liquidação.....	857
23.10.	Legitimidade ativa.....	858
23.11.	Competência.....	859
23.12.	Regra da fidelidade ao título executivo (art. 509, § 4º, do CPC).....	859
23.13.	Espécies de liquidação.....	861
23.13.1.	Introdução.....	861
23.13.2.	Liquidação por arbitramento.....	861
23.13.2.1.	Cabimento.....	861
23.13.2.2.	Procedimento.....	862
23.13.3.	Liquidação pelo procedimento comum.....	863

24. COISA JULGADA 867

24.1.	Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	867
24.2.	Coisa julgada total e parcial.....	868
24.3.	Conceito e natureza jurídica.....	869
24.4.	Função negativa da coisa julgada.....	871
24.5.	Função positiva da coisa julgada.....	872
24.6.	Limites objetivos da coisa julgada.....	874
24.7.	Limites subjetivos da coisa julgada.....	880

24.8.	Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	885
24.9.	Coisa julgada nas relações jurídicas de trato continuado.....	886
24.10.	Relativização da coisa julgada.....	887
24.10.1.	Introdução.....	887
24.10.2.	Coisa julgada inconstitucional.....	887
24.10.3.	Coisa julgada injusta inconstitucional.....	892
24.11.	Coisa julgada secundum <i>eventum probationis</i>	896
24.12.	Coisa julgada secundum <i>eventum litis</i>	900
25.	CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	903
25.1.	Introdução.....	903
25.2.	Consignação extrajudicial.....	903
25.3.	Competência.....	905
25.4.	Legitimidade.....	906
25.5.	Objeto da demanda consignatória.....	907
25.6.	Procedimento.....	908
25.7.	Complementação do depósito.....	911
25.8.	Consignação de prestações sucessivas.....	912
25.9.	Ação de consignação fundada na dúvida referente à titularidade do crédito.....	913
25.10.	Consignatória de aluguéis e outros encargos locatícios.....	914
26.	AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	917
26.1.	Introdução.....	917
26.2.	Legitimidade.....	918
26.3.	Natureza dúplice.....	919
26.4.	Competência.....	920
26.5.	Procedimento.....	920
27.	AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	925
27.1.	Proteção possessória.....	925
27.2.	Fungibilidade.....	926
27.3.	Ação dúplice?.....	927
27.4.	Competência.....	928
27.5.	Legitimação.....	929
27.6.	Exceção de domínio.....	930
27.7.	Cumulação de pedidos.....	931
27.8.	Procedimento.....	932
27.8.1.	Reintegração e manutenção de posse.....	932
27.8.2.	Interdito proibitório.....	937
27.8.3.	Especialidades procedimentais no litígio coletivo pela posse.....	937

28. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS.....	939
28.1. Introdução	939
28.2. Procedimento da ação de demarcação.....	941
28.3. Procedimento da ação de divisão.....	942
29. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	945
29.1. Introdução	945
29.2. Pretensões veiculáveis.....	946
29.3. Legitimidade ativa.....	947
29.4. Legitimidade passiva.....	949
29.5. Procedimento.....	950
30. AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA	953
30.1. Introdução	953
30.2. Inventário negativo	954
30.3. Competência e universalidade do foro sucessório.....	955
30.4. Questões que dependam de prova não documental.....	955
30.5. Administrador provisório	956
30.6. Inventariante.....	957
30.7. Arrolamento sumário.....	959
30.8. Arrolamento comum.....	962
30.9. Procedimento do inventário.....	962
30.10. Colação.....	968
30.11. Sonegação.....	969
30.12. Pagamento das dívidas	970
30.13. Herdeiro preterido.....	971
30.14. Partilha	972
31. EMBARGOS DE TERCEIRO	979
31.1. Conceito	979
31.2. Legitimação	980
31.2.1. Legitimidade ativa – a condição de “terceiro”.....	980
31.2.2. Legitimação passiva.....	984
31.3. Competência.....	985
31.4. Prazo para propositura dos embargos de terceiro	986
31.5. Procedimento.....	987
32. OPOSIÇÃO	991
32.1. Objeto e natureza jurídica.....	991
32.2. Procedimento.....	992

33. AÇÃO DE HABILITAÇÃO	995
33.1. Introdução	995
33.2. Procedimento	996
34. AÇÕES DE FAMÍLIA	999
34.1. Cabimento	999
34.2. Incentivo às formas consensuais do conflito	999
34.3. Audiência de mediação e conciliação	1000
34.4. Ministério Público	1002
34.5. Depoimento pessoal do incapaz	1002
35. AÇÃO MONITÓRIA.....	1003
35.1. Conceito	1003
35.2. Natureza Jurídica	1004
35.3. Admissibilidade	1005
35.4. Fazenda Pública e ação monitória	1008
35.5. Incapaz e ação monitória	1009
35.6. Propositura da monitória	1010
35.7. Citação do réu	1012
35.8. Posturas do réu	1013
35.9. A natureza jurídica do pronunciamento judicial de deferimento do mandado monitório	1014
35.10. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como despacho de mero expediente	1015
35.11. O pronunciamento que defere o mandado monitório considerado como sentença – ocorrência da coisa julgada material	1016
35.12. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como decisão interlocutória	1018
35.13. O mérito no processo monitório e seu julgamento	1018
35.14. Natureza jurídica dos embargos ao mandado monitório	1021
35.15. Procedimento dos embargos ao mandado monitório	1023
35.16. Fase de cumprimento de sentença	1026
36. HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL	1029
36.1. Introdução	1029
36.2. Natureza Jurídica	1030
36.3. Homologação Extrajudicial	1030
36.4. Penhor legal e autotutela	1031
36.5. Procedimento	1033
37. REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	1037
37.1. Declaração de abertura de avaria grossa	1037
37.2. Oferecimento de garantias	1037

37.3.	Impugnação à declaração de abertura de avaria grossa	1038
37.4.	Levantamento de valores para o pagamento das despesas da alienação.....	1038
37.5.	Apresentação de documentos.....	1039
37.6.	Apresentação do regulamento de avaria grossa.....	1039
37.7.	Impugnação	1039
37.8.	Sentença “homologatória”.....	1040
37.9.	Regulador e perito judicial.....	1040
38.	AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....	1041
38.1.	Introdução	1041
38.2.	Legitimidade	1042
38.3.	Competência	1042
38.4.	Procedimento.....	1043
39.	FORMAS EXECUTIVAS	1047
39.1.	Introdução	1047
39.2.	Processo autônomo de execução e fase procedimental executiva.....	1047
39.3.	Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta)	1050
40.	PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO	1055
40.1.	Introdução	1055
40.2.	<i>Nulla executio sine titulo</i>	1055
40.3.	Patrimonialidade.....	1057
40.4.	Desfecho único.....	1058
40.5.	Disponibilidade da execução	1059
40.6.	Utilidade.....	1062
40.7.	Menor onerosidade.....	1062
40.8.	Lealdade e boa-fé processual	1064
40.9.	Contraditório.....	1067
40.10.	Atipicidade dos meios executivos	1068
41.	SUJEITOS PROCESSUAIS NA EXECUÇÃO	1073
41.1.	Introdução	1073
41.2.	Diferentes espécies de legitimidade na execução.....	1074
41.2.1.	Polo ativo.....	1074
41.2.2.	Polo passivo.....	1075
41.3.	Legitimação ativa.....	1075
41.3.1.	Credor a quem a lei confere título executivo.....	1075
41.3.2.	Legitimidade do Ministério Público	1076
41.3.3.	Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores	1078
41.3.4.	Legitimidade do cessionário e do sub-rogado	1079

41.4.	Legitimidade passiva.....	1080
41.4.1.	Sujeito que figura no título como devedor.....	1080
41.4.2.	Legitimidade passiva do espólio, herdeiros e sucessores.....	1080
41.4.3.	Novo devedor.....	1081
41.4.4.	Fiador.....	1081
41.4.5.	Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito.....	1083
41.4.6.	Responsável tributário.....	1084
41.4.7.	Legitimidade do responsável secundário.....	1085
41.5.	Intervenção de terceiros na execução.....	1087
41.5.1.	Intervenções típicas.....	1087
41.5.2.	Intervenções atípicas.....	1089
42.	COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO.....	1091
42.1.	Competência do cumprimento de sentença (título executivo judicial).....	1091
42.1.1.	Introdução.....	1091
42.1.2.	Competência executiva dos tribunais.....	1091
42.1.3.	Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição.....	1092
42.1.3.1.	Exceções à regra do art. 516, II, do CPC.....	1094
42.1.3.2.	Trâmite dos autos entre diferentes juízos.....	1095
42.1.3.3.	A regra do art. 516, parágrafo único, do CPC e a <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	1096
42.1.4.	Competência para o cumprimento de sentença arbitral, penal condenatória, decisão homologatória de sentença estrangeira e acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo.....	1097
42.2.	Competência do processo de execução (título executivo extrajudicial).....	1098
43.	TÍTULO EXECUTIVO.....	1101
43.1.	Introdução.....	1101
43.2.	Requisitos formais da obrigação exequenda.....	1103
43.3.	Títulos executivos judiciais.....	1104
43.3.1.	Sentença proferida no processo civil que reconheça a exigibilidade de uma obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.....	1104
43.3.2.	Decisão homologatória de autocomposição judicial.....	1109
43.3.3.	Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.....	1110
43.3.4.	Formal e certidão de partilha.....	1111
43.3.5.	Crédito de auxiliar da justiça quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.....	1112
43.3.6.	Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	1112
43.3.7.	Sentença arbitral.....	1115

43.3.8.	Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.....	1116
43.3.9.	Decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça.....	1118
43.4.	Títulos executivos extrajudiciais.....	1118
43.4.1.	Introdução.....	1118
43.4.2.	Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque..	1119
43.4.3.	Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.....	1120
43.4.4.	Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas.....	1120
43.4.5.	Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal.....	1121
43.4.6.	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução.....	1122
43.4.7.	Contrato de seguro de vida em caso de morte.....	1122
43.4.8.	Crédito decorrente de foro e laudêmio.....	1123
43.4.9.	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.....	1124
43.4.10.	Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, território e município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	1124
43.4.11.	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas em convenção de condomínio ou aprovadas em assembleia-geral, desde que documentalmente comprovadas.....	1125
43.4.12.	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei.....	1126
43.4.13.	Todos os demais títulos, aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.....	1127

44. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL..... 1129

44.1.	Obrigações e responsabilidade patrimonial.....	1129
44.2.	Inexistência de responsabilidade pessoal.....	1130
44.3.	Bens que respondem pela satisfação na execução.....	1131
44.4.	Impenhorabilidade de bens.....	1132
44.4.1.	Patrimônio mínimo e dignidade humana.....	1132
44.4.2.	As hipóteses específicas de impenhorabilidade no direito brasileiro	1133
44.4.2.1.	Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução (art. 833, I, do CPC).....	1134
44.4.2.2.	Móveis, pertences e utilidades domésticas (art. 833, II, do CPC).....	1135

44.4.2.3.	Vestuários e pertencentes de uso pessoal (art. 833, III, do CPC).....	1136
44.4.2.4.	Ganhos aptos a manter a subsistência do executado (art. 833, IV, do CPC)	1137
44.4.2.5.	Bens necessários ou úteis ao exercício profissional (art. 833, V, do CPC).....	1142
44.4.2.6.	Seguro de vida (art. 833, VI, do CPC)	1145
44.4.2.7.	Materiais necessários para obras em andamento (art. 833, VII, do CPC)	1145
44.4.2.8.	Pequena propriedade rural trabalhada pela família (art. 833, VIII, do CPC).....	1145
44.4.2.9.	Recursos públicos ligados à aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social (art. 833, IX, do CPC).....	1147
44.4.2.10.	Valores depositados em caderneta de poupança (art. 833, X, do CPC)	1147
44.4.2.11.	Recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político (art. 833, XI, do CPC)	1148
44.4.2.12.	Créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra (art. 833, XII, do CPC)	1149
44.5.	Responsabilidade patrimonial de imóvel submetido ao regime do direito de superfície.....	1149
44.6.	Responsabilidade patrimonial secundária.....	1150
44.6.1.	Bens do sucessor a título singular	1150
44.6.2.	Bens do sócio, nos termos da lei	1151
44.6.3.	Bens do devedor, ainda que em poder de terceiros.....	1153
44.6.4.	Bens do cônjuge e do companheiro, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação, respondem pela dívida.....	1153
44.6.5.	Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução.....	1157
44.6.6.	Bens cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores	1157
44.6.7.	Bens do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica	1158
44.7.	Fraudes do devedor.....	1159
44.7.1.	Fraude contra credores.....	1159
44.7.2.	Fraude à execução.....	1162
45.	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA.....	1169
45.1.	Conceito.....	1169
45.2.	Caução na execução provisória.....	1170
45.2.1.	Função	1170
45.2.2.	Natureza jurídica.....	1171

45.2.3.	Requisitos formais.....	1172
45.2.4.	Momento de prestação da caução.....	1173
45.2.5.	Atuação de ofício?.....	1173
45.3.	Dispensa da caução.....	1174
45.4.	Responsabilidade objetiva do exequente.....	1177
45.5.	Formalização dos autos da execução provisória.....	1178
45.6.	Cabimento de multa pelo não pagamento.....	1179
45.7.	Execução provisória contra a Fazenda Pública.....	1180
45.8.	Honorários advocatícios.....	1181
46.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER.....	1183
46.1.	Introdução.....	1183
46.2.	Aspectos procedimentais.....	1184
46.3.	Tutela específica e conversão em perdas e danos.....	1185
46.3.1.	Vontade do exequente.....	1185
46.3.2.	Impossibilidade de obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente.....	1187
46.3.3.	Onerosidade excessiva.....	1187
46.3.4.	Procedimento da conversão em perdas e danos.....	1188
46.4.	Atipicidade das formas executivas.....	1188
46.4.1.	Prisão civil.....	1189
46.5.	Multa coercitiva.....	1191
46.5.1.	Introdução.....	1191
46.5.2.	Valor da multa.....	1192
46.5.3.	Beneficiado pela multa.....	1193
46.5.4.	Fazenda Pública em juízo.....	1194
46.5.5.	Alteração do valor e periodicidade da multa.....	1194
46.5.6.	Exigibilidade da multa.....	1198
46.5.7.	Termo inicial da multa e intimação do devedor.....	1200
47.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA.....	1201
47.1.	Introdução.....	1201
47.2.	Aspectos procedimentais.....	1202
48.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA.....	1203
48.1.	Introdução.....	1203
48.2.	Necessidade de provocação do credor na instauração da fase de cumprimento de sentença.....	1203
48.3.	Requerimento inicial.....	1204
48.4.	Aparente excesso dos cálculos.....	1206

48.5.	Intimação do executado	1208
48.6.	Cumprimento da obrigação	1209
48.7.	Não pagamento no prazo de 15 dias	1210
48.7.1.	Introdução.....	1210
48.7.2.	Fixação de honorários advocatícios	1211
48.7.3.	Aplicação de multa de 10% sobre o valor exequendo	1212
48.7.4.	Protesto extrajudicial da sentença	1214
48.7.5.	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.....	1214
48.7.6.	Expedição do mandado de penhora e avaliação	1214
48.7.7.	Termo inicial da contagem de prazo para impugnação.....	1215
49.	PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER	1217
49.1.	Introdução	1217
49.2.	Execução das obrigações de fazer	1218
49.3.	Execução das obrigações de não fazer.....	1222
50.	PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA	1225
50.1.	Execução de entrega de coisa certa.....	1225
50.2.	Execução de entrega de coisa incerta.....	1228
51.	PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA	1231
51.1.	Início do processo de execução	1231
51.1.1.	Petição inicial	1231
51.1.2.	Averbação da execução	1236
51.1.3.	Pronunciamento que determina a citação do executado	1239
51.1.4.	Não localização do executado e de seus bens	1240
51.1.5.	Arresto executivo.....	1241
51.1.6.	Posturas do executado citado.....	1242
51.2.	Pagamento parcelado	1244
51.2.1.	Introdução.....	1244
51.2.2.	Pagamento parcelado: moratória legal?.....	1245
51.2.3.	Requisitos formais	1246
51.2.4.	Procedimento	1248
51.2.5.	Inadimplemento das parcelas	1249
51.3.	Penhora	1249
51.3.1.	Definição e efeitos.....	1249
51.3.2.	Ordem legal da penhora.....	1252
51.3.3.	Da documentação da penhora, de seu registro e do depósito	1255
51.3.3.1.	Depósito do bem penhorado.....	1255
51.3.3.2.	Intimação da penhora.....	1255
51.3.4.	Do lugar de realização da penhora	1256
51.3.5.	Penhora de dinheiro pelo sistema BacenJud (on-line).....	1257

51.3.6.	Penhora de percentual do faturamento de empresa devedora.....	1263
51.3.7.	Procedimento da penhora.....	1265
51.3.8.	Substituição do bem penhorado.....	1267
51.3.9.	Penhoras especiais.....	1269
51.4.	Avaliação.....	1276
51.5.	Formas de expropriação.....	1279
51.5.1.	Introdução.....	1279
51.5.2.	Adjudicação	1279
51.5.2.1.	Introdução	1279
51.5.2.2.	Sistema de adjudicação	1280
51.5.2.3.	Momento da adjudicação	1281
51.5.2.4.	Intimação do executado.....	1282
51.5.2.5.	Valor da adjudicação	1282
51.5.2.6.	Legitimados a adjudicar	1283
51.5.2.7.	Concurso de pretendentes à adjudicação.....	1284
51.5.2.8.	Forma de escolha do sujeito quando houver pluralidade de pretendentes a adjudicar	1286
51.5.2.9.	Auto de adjudicação.....	1287
51.5.2.10.	Adjudicação provisória.....	1288
51.6.	Alienação por iniciativa particular.....	1288
51.6.1.	Introdução.....	1288
51.6.2.	Alienação pelo exequente e a necessidade de seu pedido.....	1289
51.6.3.	Alienação por corretor ou leiloeiro público credenciado perante a autoridade judiciária.....	1289
51.6.4.	Requisitos para a alienação.....	1291
51.7.	Arrematação.....	1292
51.7.1.	Introdução.....	1292
51.7.2.	Requisitos formais do leilão judicial	1293
51.7.3.	Publicidade do edital.....	1295
51.7.4.	Comunicações do leilão judicial	1297
51.7.5.	Realização do leilão judicial	1299
51.7.6.	Leilão judicial por meio eletrônico.....	1300
51.7.7.	Legitimados a arrematar	1301
51.7.8.	Procedimento do leilão judicial	1302
51.7.9.	Arrematação viciada.....	1306
51.7.10.	Alienação antecipada.....	1308
51.8.	Entrega de dinheiro ao credor.....	1309

52. EXECUÇÕES ESPECIAIS..... 1313

52.1.	Execução de prestação alimentícia.....	1313
52.1.1.	Introdução.....	1313

52.1.2.	Forma executiva.....	1315
52.1.2.1.	Introdução.....	1315
52.1.2.1.1.	Procedimento.....	1316
52.1.2.1.1.1.	Introdução.....	1316
52.1.2.1.1.2.	Diferentes procedimentos.....	1317
52.1.2.1.1.3.	Execução por sub-rogação.....	1318
52.1.2.1.1.4.	Execução indireta – Protesto.....	1319
52.1.2.1.1.5.	Execução indireta – Prisão civil.....	1320
52.2.	Execução contra a fazenda pública.....	1325
52.2.1.	Introdução.....	1325
52.2.2.	Forma executiva.....	1327
52.2.3.	Procedimento.....	1327
52.2.3.1.	Cumprimento de sentença.....	1327
52.2.3.2.	Processo de execução.....	1329
52.2.4.	Regime dos precatórios.....	1330
52.2.5.	Compensação em favor da Fazenda Pública.....	1332
52.2.6.	Emenda Constitucional 62/2009 (a EC do calote).....	1333
52.2.7.	Dispensa de precatório.....	1335
52.2.8.	Preterição no pagamento.....	1336
53.	DEFESAS DO EXECUTADO	1339
53.1.	Introdução.....	1339
53.2.	Embargos à execução.....	1339
53.2.1.	Natureza jurídica dos embargos.....	1339
53.2.2.	Garantia do juízo.....	1340
53.2.3.	Prazo dos embargos.....	1341
53.2.4.	Competência.....	1343
53.2.5.	Rejeição liminar dos embargos.....	1344
53.2.5.1.	Intempestividade dos embargos.....	1344
53.2.5.2.	Indeferimento da petição inicial.....	1346
53.2.5.3.	Julgamento liminar de improcedência.....	1346
53.2.5.4.	Embargos manifestamente protelatórios.....	1347
53.2.6.	Efeito suspensivo.....	1348
53.2.6.1.	Requisitos.....	1348
53.2.6.2.	Ausência de preclusão judicial.....	1351
53.2.6.3.	Limitação objetiva e subjetiva do efeito suspensivo.....	1352
53.2.6.4.	Suspensão parcial do processo.....	1353
53.2.7.	Procedimento dos embargos à execução.....	1354
53.2.7.1.	Início do procedimento.....	1354
53.2.7.2.	Revelia.....	1355

53.2.7.3.	Outras reações.....	1357
53.2.7.4.	Decisão dos embargos.....	1358
53.2.7.5.	Matérias que podem ser objeto de embargos à execução.....	1359
53.2.7.5.1.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	1360
53.2.7.5.2.	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	1360
53.2.7.5.3.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	1362
53.2.7.5.4.	Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de entrega de coisa certa.....	1365
53.2.7.5.5.	Incompetência absoluta ou relativa.....	1366
53.3.	Impugnação.....	1366
53.3.1.	Natureza jurídica.....	1366
53.3.2.	Matérias alegáveis em sede de impugnação.....	1367
53.3.2.1.	Falta ou nulidade da citação, se o processo correr à revelia.....	1368
53.3.2.2.	Illegitimidade de parte.....	1368
53.3.2.3.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	1369
53.3.2.4.	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	1370
53.3.2.5.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	1370
53.3.2.6.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	1370
53.3.2.7.	Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença.....	1370
53.3.3.	Procedimento.....	1371
53.4.	Exceção e objeção de pré-executividade.....	1374
53.4.1.	Análise histórica.....	1374
53.4.2.	Problemas de terminologia.....	1375
53.4.3.	Defesa executiva atípica.....	1376
53.4.4.	Requisitos para a admissão da exceção de pré-executividade e objeção.....	1377
53.4.5.	Julgamento da exceção e objeção de pré-executividade.....	1378
53.4.6.	Sobrevivência da exceção e da objeção de pré-executividade.....	1380

54. SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO..... 1385

54.1.	Introdução.....	1385
54.2.	Suspensão da execução.....	1385
54.2.1.	Causas gerais de suspensão.....	1385
54.2.2.	Defesa típica do executado.....	1387
54.2.3.	Não localização de bens e prescrição intercorrente.....	1387
54.2.4.	Ausência de interessados na aquisição do bem penhorado.....	1390

54.2.5.	Moratória legal.....	1390
54.3.	Extinção da execução.....	1390
55.	PRECEDENTES JUDICIAIS.....	1393
55.1.	Precedente, decisão, jurisprudência e súmula.....	1393
55.2.	Jurisprudência estável, íntegra e coerente.....	1396
55.2.1.	Introdução.....	1396
55.2.2.	Dever de uniformização da jurisprudência.....	1396
55.2.3.	Jurisprudência estável.....	1398
55.2.4.	Jurisprudência íntegra.....	1398
55.2.5.	Jurisprudência coerente.....	1399
55.3.	(In)Constitucionalidade do art. 927 do CPC.....	1399
55.4.	Eficácia vinculante.....	1400
55.4.1.	Introdução.....	1400
55.4.2.	Controle concentrado de constitucionalidade.....	1403
55.4.3.	Enunciados de Súmulas Vinculantes.....	1404
55.4.4.	Precedentes criados em julgamento de casos repetitivos e no incidente de assunção de competência.....	1405
55.4.5.	Enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional.....	1405
55.4.6.	Orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.....	1406
55.4.7.	Eficácia <i>ex tunc</i> ou <i>ex nunc</i> da novidade legislativa.....	1406
55.4.8.	Cabimento de reclamação.....	1407
55.5.	Precedente brasileiro e precedents na tradição da <i>common law</i>	1409
55.6.	<i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i>	1410
55.7.	Fundamentação.....	1412
55.8.	Divulgação.....	1413
55.9.	Distinção (<i>distinguishing</i>).....	1413
55.10.	Superação da tese jurídica (<i>overruling</i>).....	1415
55.10.1.	Introdução.....	1415
55.10.2.	Motivos para superação.....	1415
55.10.3.	Fundamentação da decisão de superação.....	1417
55.10.4.	Modulação dos efeitos da superação.....	1417
55.10.5.	Procedimento.....	1419
56.	ORDEM DOS PROCESSOS E RECURSOS NO TRIBUNAL.....	1421
56.1.	Distribuição.....	1421
56.2.	Prevenção.....	1422
56.3.	Poderes do relator.....	1423

56.3.1.	Introdução.....	1423
56.3.2.	Direção do processo.....	1424
56.3.3.	Tutela provisória.....	1425
56.3.4.	Inadmissibilidade recursal.....	1425
56.3.5.	Decisão monocrática que nega provimento.....	1426
56.3.6.	Decisão monocrática que dá provimento.....	1426
56.3.7.	Vedação de julgamento monocrático do recurso.....	1427
56.3.8.	Julgamento monocrático do reexame necessário e dos processos de competência originária	1428
56.3.9.	Demais incumbências.....	1428
56.3.10.	Oportunidade de saneamento de vícios.....	1428
56.4.	Fato superveniente.....	1429
56.5.	Ordem no julgamento.....	1430
56.6.	Sustentação oral.....	1431
56.7.	Matérias conhecíveis de ofício.....	1433
56.8.	Formalidades do acórdão.....	1434
56.9.	Julgamento virtual.....	1434
56.10.	Técnica de julgamento substitutiva dos embargos infringentes.....	1435
56.11.	Saneamento de vício.....	1438

57. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA 1441

57.1.	Cabimento.....	1441
57.2.	Procedimento.....	1444
57.3.	O que afinal é julgado quando o incidente de assunção de competência é admitido?.....	1445
57.4.	Microsistema de formação de precedentes vinculantes	1447

58. DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE 1449

58.1.	Controle de constitucionalidade.....	1449
58.2.	Legitimidade ativa e momento de suscitação.....	1450
58.3.	Instauração do incidente	1450
58.4.	Rejeição e admissão do incidente pelo órgão fracionário.....	1451
58.5.	Não cabimento do incidente.....	1452
58.6.	Procedimento perante o plenário ou órgão especial.....	1453
58.7.	Julgamento.....	1453

59. CONFLITO DE COMPETÊNCIA..... 1455

59.1.	Conceito.....	1455
59.2.	Legitimidade	1457
59.3.	Competência para o julgamento do conflito.....	1457
59.4.	Procedimento.....	1458

60. HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA	1461
60.1. Introdução	1461
60.2. Ação constitutiva necessária?.....	1461
60.3. Forma processual de homologação.....	1462
60.4. Decisão interlocutória estrangeira	1463
60.5. Homologação de sentença arbitral	1463
60.6. Eficácia em território nacional.....	1463
60.7. Decisão estrangeira não judicial	1464
60.8. Homologação parcial.....	1464
60.9. Tutela de urgência.....	1464
60.10. Execução fiscal.....	1465
60.11. Decisão estrangeira de divórcio consensual	1465
60.12. Decisão estrangeira concessiva de medida de urgência	1466
60.13. Tutela da evidência	1467
60.14. Requisitos indispensáveis para a homologação da decisão.....	1467
60.15. Competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira	1468
60.16. Competência para a execução	1469
61. AÇÃO RESCISÓRIA	1471
61.1. Natureza jurídica	1471
61.2. Conceito de rescindibilidade.....	1472
61.3. Objeto da rescisão	1472
61.3.1. Decisão de mérito.....	1472
61.3.2. Decisão que não é de mérito.....	1474
61.4. Hipóteses de cabimento	1476
61.4.1. Prevaricação, concussão, corrupção passiva do juiz.....	1476
61.4.2. Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo	1477
61.4.3. Dolo ou coação da parte vencedora e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei	1477
61.4.4. Ofensa à coisa julgada	1478
61.4.5. Violação manifesta de norma jurídica	1479
61.4.6. Prova falsa.....	1481
61.4.7. Obtenção de documento novo.....	1483
61.4.8. Erro de fato	1485
61.5. fundamento para invalidar sentença homologatória de mérito.....	1486
61.6. Legitimidade	1487
61.7. Competência.....	1490
61.8. Prazo	1492
61.8.1. Prazo e termo inicial gerais.....	1492
61.8.2. Termos iniciais diferenciados.....	1495

61.9.	Ação rescisória e cumprimento executivo do julgado.....	1496
61.10.	Procedimento.....	1497
61.10.1.	Petição inicial.....	1497
61.10.2.	Reações do juiz diante da petição inicial.....	1499
61.10.3.	Resposta do réu.....	1500
61.10.4.	Atividade saneadora.....	1501
61.10.5.	Fase probatória.....	1501
61.10.6.	Manifestações finais.....	1502
61.10.7.	Julgamento.....	1502
62.	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	1505
62.1.	Cabimento.....	1505
62.2.	Legitimidade para requerer a instauração do incidente.....	1508
62.3.	Competência.....	1510
62.4.	Divulgação.....	1512
62.5.	Sujeitos com legitimidade para participar do incidente.....	1513
62.6.	Instauração.....	1514
62.7.	Admissão do incidente.....	1514
62.8.	Poderes do relator.....	1518
62.9.	Julgamento e seus efeitos.....	1520
62.10.	Julgamento do IRDR e do recurso, reexame necessário e ação de competência originária do tribunal.....	1522
62.11.	Juizados Especiais.....	1524
62.12.	Desistência ou abandono do processo.....	1525
62.13.	Recursos.....	1526
63.	RECLAMAÇÃO.....	1531
63.1.	Natureza jurídica.....	1531
63.2.	Cabimento.....	1534
63.2.1.	Forma de preservação da competência do tribunal.....	1535
63.2.2.	Forma de garantir a autoridade da decisão do tribunal.....	1535
63.2.3.	Garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade.....	1538
63.2.4.	Forma de garantir a observância de súmula vinculante.....	1539
63.2.5.	Forma de garantir a observância de precedente proferido em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência.....	1541
63.2.6.	Forma de garantir a observância de precedente proferido em repercussão geral e recurso excepcional repetitivo.....	1542
63.3.	Procedimento.....	1543
63.3.1.	Introdução.....	1543
63.3.2.	Petição inicial.....	1544

63.3.3.	Prazo.....	1546
63.3.4.	Posturas do relator ao receber a reclamação constitucional.....	1547
63.3.5.	Reações dos interessados.....	1548
63.3.6.	Julgamento.....	1550
64.	CONCEITO DE RECURSO E SUCEDÂNEOS RECURSAIS	1553
64.1.	Introdução.....	1553
64.1.1.	Sucedâneos recursais internos.....	1555
64.1.1.1.	Reexame necessário.....	1555
64.1.1.2.	Correição parcial.....	1560
64.1.1.3.	Pedido de reconsideração.....	1561
64.1.1.4.	Impugnação e embargos à execução.....	1562
64.1.2.	Sucedâneos recursais externos (ações autônomas de impugnação)....	1562
64.1.2.1.	Generalidades.....	1562
64.1.2.2.	Mandado de segurança contra ato judicial.....	1563
65.	CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	1567
65.1.	Introdução.....	1567
65.2.	Objeto imediato do recurso.....	1567
65.3.	Fundamentação recursal (causa de pedir).....	1568
65.4.	Abstração da matéria impugnada.....	1569
65.5.	Independência ou subordinação.....	1570
66.	EFEITOS RECURSAIS	1575
66.1.	Introdução.....	1575
66.2.	Efeito obstativo.....	1575
66.3.	Efeito devolutivo.....	1576
66.4.	Efeito suspensivo.....	1579
66.5.	Efeito translativo.....	1584
66.6.	Efeito expansivo.....	1587
66.7.	Efeito substitutivo.....	1588
66.8.	Efeito regressivo.....	1589
66.9.	Efeito diferido.....	1589
67.	PRINCÍPIOS RECURSAIS	1591
67.1.	Duplo grau de jurisdição.....	1591
67.1.1.	Conceito.....	1591
67.1.2.	Vantagens do duplo grau de jurisdição.....	1593
67.1.3.	Desvantagens do duplo grau de jurisdição.....	1594
67.1.4.	O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio constitucional?....	1594
67.2.	Taxatividade (legalidade).....	1596

67.3.	Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade).....	1597
67.4.	Voluntariedade.....	1601
67.5.	Dialeticidade.....	1602
67.6.	Fungibilidade	1603
67.6.1.	Dúvida fundada a respeito do recurso cabível.....	1607
67.6.2.	Inexistência de erro grosseiro.....	1607
67.6.3.	Inexistência de má-fé – Teoria do prazo menor.....	1609
67.7.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1610
67.8.	Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	1612
67.9.	Complementaridade.....	1613
67.10.	Consumação	1614
67.11.	Primazia do julgamento do mérito recursal.....	1615

68. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE..... 1619

68.1.	Introdução	1619
68.2.	Pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal.....	1621
68.2.1.	Cabimento.....	1621
68.2.2.	Legitimidade recursal	1623
68.2.2.1.	Partes.....	1623
68.2.2.2.	Terceiro prejudicado.....	1625
68.2.2.3.	Ministério Público.....	1626
68.2.3.	Interesse recursal.....	1627
68.2.3.1.	Necessidade.....	1627
68.2.3.2.	Adequação	1633
68.2.4.	Inexistência de ato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer....	1633
68.2.4.1.	Desistência.....	1633
68.2.4.2.	Renúncia	1636
68.2.4.3.	Aquiescência.....	1636
68.3.	Pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal.....	1637
68.3.1.	Tempestividade	1637
68.3.2.	Preparo	1644
68.3.3.	Regularidade formal.....	1649

69. JUÍZO DE MÉRITO 1653

69.1.	Introdução	1653
69.2.	Causa de pedir: <i>error in procedendo</i> e <i>error in iudicando</i>	1653
69.3.	Pedido	1654
69.4.	Esclarecimento e integração.....	1655

70. APELAÇÃO..... 1657

70.1.	Cabimento.....	1657
70.2.	Objeto da impugnação.....	1658

70.3.	Procedimento.....	1662
70.3.1.	Introdução.....	1662
70.3.2.	Procedimento no 1.º grau de jurisdição.....	1664
70.3.3.	Procedimento no tribunal de segundo grau.....	1666
70.4.	Novas questões de fato.....	1666
70.5.	Julgamento imediato do mérito da ação pelo tribunal no julgamento da apelação.....	1668
70.5.1.	Introdução.....	1668
70.5.2.	Teoria da causa madura.....	1669
70.5.3.	Hipóteses de novo julgamento do mérito da ação pelo tribunal.....	1672
71.	AGRAVO.....	1675
71.1.	Introdução.....	1675
71.2.	Agravo de instrumento.....	1676
71.2.1.	Cabimento.....	1676
71.2.2.	Instrução do agravo de instrumento – peças processuais.....	1688
71.2.2.1.	Peças obrigatórias.....	1690
71.2.2.2.	Peças facultativas.....	1691
71.2.2.3.	Peças essenciais.....	1692
71.2.3.	Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau.....	1693
71.2.4.	Procedimento.....	1695
71.2.4.1.	Propositura.....	1695
71.2.4.2.	Distribuição.....	1696
71.2.4.3.	Negativa de seguimento liminar.....	1696
71.2.4.4.	Tutela de urgência.....	1697
71.2.4.5.	Intimação do agravo para a apresentação de contrarrazões.....	1699
71.2.4.6.	Oitiva do Ministério Público.....	1701
71.2.4.7.	Julgamento do agravo.....	1701
71.2.4.8.	Agravo de instrumento pendente de julgamento e prolação de sentença.....	1702
71.3.	Agravos contra decisões interlocutórias de segundo grau.....	1704
71.3.1.	Agravo interno.....	1704
71.3.1.1.	Cabimento.....	1704
71.3.1.2.	Procedimento.....	1705
71.3.2.	Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	1711
72.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1715
72.1.	Natureza jurídica.....	1715
72.2.	Cabimento.....	1717
72.2.1.	Pronunciamentos recorríveis.....	1717

72.2.2.	Vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração.....	1719
72.3.	Procedimento.....	1721
72.4.	Efeito interruptivo dos embargos de declaração.....	1724
72.4.1.	Embargos de declaração intempestivos	1725
72.4.2.	Reiteração abusiva de embargos de declaração manifestamente protelatórios.....	1725
72.5.	Embargos de declaração – intempestividade <i>ante tempus</i>	1726
72.6.	Manifesto caráter protelatório	1727
72.7.	Embargos de declaração atípicos.....	1729
72.7.1.	Embargos de declaração com efeito modificativo.....	1730
72.7.2.	Embargos de declaração com efeitos infringentes.....	1731
73.	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	1733
73.1.	Introdução	1733
73.2.	Cabimento.....	1736
73.2.1.	Processos internacionais	1736
73.2.2.	Recurso ordinário em mandado de segurança	1737
73.2.3.	Recurso ordinário em <i>habeas data</i> e mandado de injunção.....	1738
74.	RECURSO ESPECIAL	1739
74.1.	Hipóteses de cabimento	1739
74.1.1.	Pressupostos cumulativos	1739
74.1.1.1.	Decisão de única ou última instância.....	1739
74.1.1.2.	Decisão proferida por tribunal.....	1740
74.1.1.3.	Prequestionamento.....	1743
74.1.2.	Pressupostos alternativos.....	1745
74.1.2.1.	Decisão que contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	1745
74.1.2.2.	Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal	1746
74.1.2.3.	Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	1747
75.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1749
75.1.	Hipóteses de cabimento.....	1749
75.1.1.	Pressupostos cumulativos	1749
75.1.1.1.	Decisão de única ou última instância.....	1749
75.1.1.2.	Prequestionamento.....	1750
75.1.1.3.	Repercussão geral	1752
75.1.2.	Requisitos específicos.....	1760
75.1.2.1.	Decisão que contrariar dispositivo constitucional.....	1760
75.1.2.2.	Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	1761

75.1.2.3.	Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.....	1761
75.1.2.4.	Decisão que julgar válida lei de governo local contestado em face de lei federal	1762

76. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL..... 1763

76.1.	Procedimento.....	1763
76.2.	Confusão entre o juízo de admissibilidade e mérito.....	1768
76.3.	Efeitos dos recursos federais.....	1770
76.3.1.	Efeito devolutivo.....	1770
76.3.2.	Efeito suspensivo.....	1772
76.4.	Julgamento por amostragem	1774
76.4.1.	Cabimento.....	1774
76.4.2.	Instauração.....	1774
76.4.3.	Suspensão dos processos que versem sobre a mesma controvérsia jurídica	1776
76.4.4.	Procedimento.....	1780
76.4.5.	Eficácia <i>ultra partes</i> e vinculante do julgamento.....	1782

77. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA..... 1787

77.1.	Introdução	1787
77.2.	Cabimento.....	1787
77.2.1.	Acórdão embargado.....	1790
77.2.2.	Acórdão paradigma.....	1791
77.3.	Procedimento.....	1792

78. LIVRO COMPLEMENTAR DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 1793

78.1.	<i>Vacatio legis</i>	1793
78.2.	Aplicação imediata.....	1794
78.3.	Procedimento sumário e procedimentos especiais.....	1795
78.4.	Direito probatório.....	1796
78.5.	Direito de preferência.....	1797
78.6.	Procedimento comum	1798
78.7.	Cadastro das pessoas jurídicas de direito público para receberem comunicações por meio eletrônico.....	1798
78.8.	Insolvência civil.....	1800
78.9.	Atos processuais eletrônicos.....	1800
78.10.	Depósitos em dinheiro.....	1801
78.11.	Tutela provisória requerida contra a Fazenda Pública	1801
78.12.	Preparo recursal na Justiça Federal.....	1801
78.13.	Nulidade da sentença arbitral como matéria de impugnação ao cumprimento de sentença.....	1802

78.14. Juizados especiais.....	1802
78.15. Embargos de declaração no processo em trâmite na justiça eleitoral.....	1803
78.16. Pesquisas estatísticas periódicas pelo Conselho Nacional de Justiça.....	1805
78.17. Usucapião extrajudicial.....	1805
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1809